

**HABEAS CORPUS Nº 532.930 - PR (2019/0273063-6)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : OMAR CAMPOS DA SILVA JUNIOR**  
**ADVOGADO : OMAR CAMPOS DA SILVA JUNIOR - PR040902**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : BIANCA CRISTINE TABORDA LIMA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ARTS. 16, CAPUT, DA LEI N.º 10.826/2003, E 288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA JUSTIFICADA NO DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA PRISÃO DOMICILIAR. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

1. Hipótese em que a prisão preventiva foi decretada em razão do descumprimento das condições da prisão domiciliar, consistente em saídas da Paciente sem autorização da área de recolhimento domiciliar estabelecida pelo Juízo de origem.

2. A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o HC 491.905/SE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ (julgado em 09/04/2019, DJe 25/04/2019), assentou que o ordenamento jurídico não concedeu às pacientes gestantes ou mães de crianças "*um bill de indenidade, ao ponto de deixá-las imunes à atuação estatal, livres para, por exemplo, expor seus filhos a perigo, praticar novos crimes, descumprir condições impostas pelo Juízo ou se envolverem em qualquer outra situação danosa à ordem pública, à ordem econômica, à conveniência da instrução criminal ou prejudicial à aplicação da lei penal*" (sem grifos no original).

3. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão.

4. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

5. Ordem de *habeas corpus* denegada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta

# *Superior Tribunal de Justiça*

Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora